



Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de Junho de 2012

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	26

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	79
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Ordinária		1,12834
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	1,12834
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	1,24118
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Ordinária		0,33522
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,33522
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,36874

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	6.567.283	6.178.680
1.01	Ativo Circulante	1.511.559	1.466.272
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	103.587	180.756
1.01.02	Aplicações Financeiras	51.341	34.667
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	51.341	34.667
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	51.341	34.667
1.01.03	Contas a Receber	940.782	939.216
1.01.03.01	Clientes	940.782	939.216
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	940.782	939.216
1.01.04	Estoques	9.386	10.481
1.01.06	Tributos a Recuperar	166.677	108.237
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	166.677	108.237
1.01.06.01.01	Imposto de Renda - IR	62.941	39.736
1.01.06.01.02	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	40.067	6.483
1.01.06.01.03	Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	47.471	43.399
1.01.06.01.04	Programa de Integração Social - PIS	2.481	1.430
1.01.06.01.05	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	11.287	15.093
1.01.06.01.06	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.687	1.354
1.01.06.01.07	Outros	743	742
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.502	3.669
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	231.284	189.246
1.01.08.03	Outros	231.284	189.246
1.01.08.03.01	Entidade de Previdência Privada	9.365	6.156
1.01.08.03.02	Serviços em curso	194.630	160.549
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	27.289	22.541
1.02	Ativo Não Circulante	5.055.724	4.712.408
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.067.470	1.419.429
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	40.780	52.598
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	40.780	52.598
1.02.01.03	Contas a Receber	193.186	256.602
1.02.01.03.01	Clientes	193.186	256.602
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	567	211
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	567	211
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.832.937	1.110.018
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a recuperar	63.547	58.794
1.02.01.09.04	Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	199.477	208.586
1.02.01.09.05	Depositos Judiciais	168.288	139.809
1.02.01.09.06	Entidade de Previdência Privada	29.428	35.119
1.02.01.09.07	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	1.364.160	659.635
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	8.037	8.075
1.02.02	Investimentos	10.496	12.117
1.02.04	Intangível	2.977.758	3.280.862
1.02.04.01	Intangíveis	2.977.758	3.280.862

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	6.567.283	6.178.680
2.01	Passivo Circulante	1.755.802	1.375.295
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.555	33.326
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	43.555	33.326
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	43.555	33.326
2.01.02	Fornecedores	434.694	395.330
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	434.694	395.330
2.01.03	Obrigações Fiscais	193.105	132.903
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	123.925	55.612
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	27.153	3.712
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	8.082	7.289
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	36.386	32.844
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	7.127	6.928
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.003	1.116
2.01.03.01.06	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	39.184	0
2.01.03.01.07	Outros	4.990	3.723
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	65.130	72.810
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	65.130	72.810
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.050	4.481
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	4.050	4.481
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	491.160	415.905
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	309.428	312.973
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	288.677	280.726
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	20.751	32.247
2.01.04.02	Debêntures	181.732	102.932
2.01.05	Outras Obrigações	573.167	379.428
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	83	80
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	83	80
2.01.05.02	Outros	573.084	379.348
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	261.512	31.247
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	193.623	169.824
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	117.949	178.277
2.01.06	Provisões	20.121	18.403
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.121	18.403
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	830	712
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	12.681	11.099
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	6.610	6.592
2.02	Passivo Não Circulante	2.416.404	2.505.448
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.191.956	2.299.098
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.055.312	2.026.566
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.793.351	1.776.443
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	261.961	250.123
2.02.01.02	Debêntures	136.644	272.532
2.02.02	Outras Obrigações	86.238	87.475
2.02.02.02	Outros	86.238	87.475

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.402	2.402
2.02.02.02.03	Fornecedores	26.404	25.397
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	21.206	30.787
2.02.02.02.05	Impostos e Contribuições a recolher	3.672	3.183
2.02.02.02.06	Entidade de Previdência Privada	1.688	1.688
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	30.866	24.018
2.02.03	Tributos Diferidos	19.052	9.514
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.052	9.514
2.02.04	Provisões	119.158	109.361
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	119.158	109.361
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.842	9.109
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	71.860	62.895
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	37.456	37.357
2.03	Patrimônio Líquido	2.395.077	2.297.937
2.03.01	Capital Social Realizado	542.163	542.163
2.03.02	Reservas de Capital	698.050	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	340.429	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	725.775	1.009.659
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	725.775	725.568
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	284.091
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	354.851	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	74.238	48.065

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.371.968	2.712.514	1.166.224	2.325.248
3.01.01	Receita Bruta	1.940.698	3.852.705	1.667.596	3.321.538
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-568.730	-1.140.191	-501.372	-996.290
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-963.560	-1.885.552	-754.801	-1.540.850
3.03	Resultado Bruto	408.408	826.962	411.423	784.398
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-137.491	-292.097	-95.689	-224.046
3.04.01	Despesas com Vendas	-87.175	-187.236	-65.910	-130.723
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-50.316	-104.861	-29.779	-93.323
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	270.917	534.865	315.734	560.352
3.06	Resultado Financeiro	-44.363	-112.490	-41.678	-85.385
3.06.01	Receitas Financeiras	70.250	151.937	60.872	106.957
3.06.02	Despesas Financeiras	-114.613	-264.427	-102.550	-192.342
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	226.554	422.375	274.056	474.967
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.889	-67.524	-43.549	-66.679
3.08.01	Corrente	-40.400	-62.359	-29.872	-64.205
3.08.02	Diferido	5.511	-5.165	-13.677	-2.474
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	191.665	354.851	230.507	408.288
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	191.665	354.851	230.507	408.288
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,99000	1,83000	1,19000	2,10000
3.99.01.02	PNA	0,99000	1,83000	1,19000	2,10000
3.99.01.03	PNB	1,09000	2,01000	1,31000	2,31000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	191.665	354.851	230.507	408.288
4.02	Outros Resultados Abrangentes	21.900	26.174	3.989	11.060
4.02.01	Ajustes ativos financeiros da Concessão	33.175	39.656	5.943	16.657
4.02.02	Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-11.275	-13.482	-1.954	-5.597
4.03	Resultado Abrangente do Período	213.565	381.025	234.496	419.348

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	485.604	480.582
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	785.344	749.569
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício (Antes dos Impostos)	422.376	474.967
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	113.918	113.951
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	127.470	124.762
6.01.01.04	Valor residual do ativo intangível	3.908	1.066
6.01.01.05	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	11.521	9.882
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	106.151	24.941
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-299.740	-268.987
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-44.302	-70.099
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-60.553	-47.350
6.01.02.03	Estoques	1.095	-1.557
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-25.412	-15.229
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-4.833	-4.979
6.01.02.06	Entidade de previdência privada	2.482	0
6.01.02.07	Coligadas e controladas (líquido)	-347	-135
6.01.02.08	Outros ativos	-49.242	-23.907
6.01.02.09	Fornecedores	40.368	8.743
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	10.229	9.740
6.01.02.11	Encargos de dívidas e swap pagos	-114.889	-109.714
6.01.02.12	Taxas regulamentares	12.425	17.862
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais a recolher	-1.683	-16.001
6.01.02.14	Indenizações/contingências pagas	-11.597	-9.504
6.01.02.15	Outras passivos	-53.481	-6.857
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-598.266	-455.639
6.02.01	Aquisição de investimentos	1.622	0
6.02.02	Intangível	-598.198	-464.172
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-1.690	8.533
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	35.493	111.143
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	100.514	560.776
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-80.644	-78.894
6.03.03	Amortização do principal de debêntures	-57.189	-155.321
6.03.04	Obrigações vinculadas	126.415	94.646
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-53.603	-310.064
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-77.169	136.086
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	180.756	101.277
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	103.587	237.363

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.009.659	0	48.065	2.297.937
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.009.659	0	48.065	2.297.937
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	206	0	0	206
5.04.08	Reversão de Dividendos / JSCP prescritos	0	0	206	0	0	206
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	354.851	26.174	381.025
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	354.851	0	354.851
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.174	26.174
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	39.656	39.656
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-13.482	-13.482
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-284.091	0	0	-284.091
5.06.04	Dividendos propostos	0	0	-284.091	0	0	-284.091
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	725.774	354.851	74.239	2.395.077

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.116.637	0	19.862	2.376.712
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.116.637	0	19.862	2.376.712
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-469.084	-56.683	0	-525.767
5.04.06	Dividendos	0	0	-469.098	0	0	-469.098
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-56.683	0	-56.683
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	14	0	0	14
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	408.288	11.060	419.348
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	408.288	0	408.288
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	11.060	11.060
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	16.657	16.657
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.597	-5.597
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	647.553	351.605	30.922	2.270.293

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	3.742.339	3.295.510
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.852.705	3.321.538
7.01.02	Outras Receitas	-4.215	-1.087
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	-4.215	-1.087
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-106.151	-24.941
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.833.275	-1.500.574
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.167.069	-983.518
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-666.206	-517.056
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.909.064	1.794.936
7.04	Retenções	-118.224	-113.953
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-118.224	-113.953
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.790.840	1.680.983
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	151.937	106.957
7.06.02	Receitas Financeiras	151.937	106.957
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.942.777	1.787.940
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.942.777	1.787.940
7.08.01	Pessoal	90.162	101.928
7.08.01.01	Remuneração Direta	71.487	61.651
7.08.01.04	Outros	18.675	40.277
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	15.488	14.663
7.08.01.04.02	Entidade de previdência privada	2.532	4.235
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	6.727	5.085
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	2.200	2.437
7.08.01.04.05	Férias e 13º salário	17.150	13.520
7.08.01.04.06	Plano de saúde	6.715	5.232
7.08.01.04.07	Indenizações trabalhistas	949	3.100
7.08.01.04.08	Participação nos resultados	8.662	26.193
7.08.01.04.09	Administradores	1.184	1.648
7.08.01.04.10	Encerramento de ordem em curso	649	890
7.08.01.04.11	(-) Transferência para ordens	-43.581	-36.726
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.231.002	1.083.287
7.08.02.01	Federais	574.005	519.822
7.08.02.02	Estaduais	656.997	563.465
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	266.762	194.437
7.08.03.01	Juros	264.427	192.343
7.08.03.02	Aluguéis	2.335	2.094
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	354.851	408.288
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	56.683
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	354.851	351.605

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado da Bahia, que atende a uma população estimada de 14 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 563 mil Km² e fornece diretamente cerca de 74,0% da energia elétrica no Estado da Bahia, sendo o restante fornecido pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e autoprodutores.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES ATIVOS

Descrição	Evolução do número de clientes ativos					
			Variação Vertical		Variação Horizontal	
	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	30/6/2011	30/6/2012	
Residencial	4.506.375	4.396.023	88,09%	87,97%	110.352	2,51%
Industrial	20.189	21.103	0,39%	0,42%	(914)	-4,33%
Comercial	314.315	310.493	6,14%	6,21%	3.822	1,23%
Rural	201.891	198.470	3,95%	3,97%	3.421	1,72%
Poder Público	47.035	46.048	0,92%	0,92%	987	2,14%
Iluminação Pública	16.180	16.042	0,32%	0,32%	138	0,86%
Serviço Público	9.368	8.564	0,18%	0,17%	804	9,39%
Subtotal	5.115.353	4.996.743	99,99%	99,99%	118.610	2,37%
Consumo Próprio	385	331	0,01%	0,01%	54	16,31%
Suprimento	1	1	0,00%	0,00%	0	0,00%
Total	5.115.739	4.997.075	100,00%	100,00%	118.664	2,37%

A Companhia encerrou o 2º trimestre de 2012 com um número total de 5.115.739 consumidores, o que representa um crescimento de 2,37% em relação ao mesmo período de 2011. Esse crescimento representa um incremento de 118.664 novas unidades consumidoras na base comercial da Companhia.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 110.352 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelba, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados através do Programa Luz para Todos (LPT).

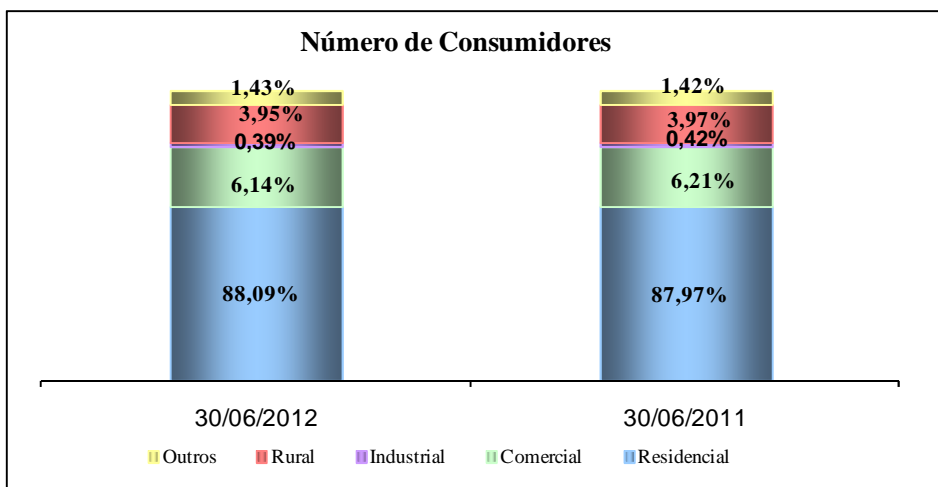
O número de consumidores residenciais em junho de 2012 representa 88,09% do total de clientes/contratos ativos, e destes 41,03% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010.

Comentário do Desempenho

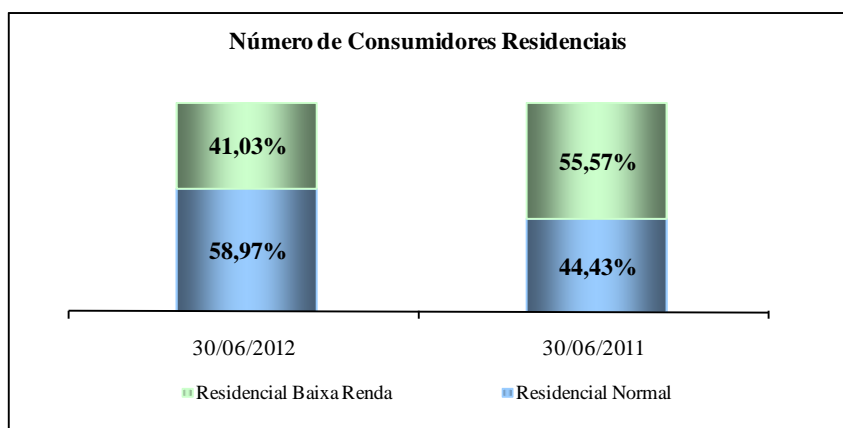
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em junho de 2011 esse número era de 55,57%, essa redução deve-se aos novos critérios exigidos pela ANEEL para a concessão do benefício, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão a demais programas sociais do governo federal.

2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO (%)



2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL (%)



Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.1.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO CATIVO – VENDAS DE ENERGIA

	Evolução das Vendas por classe em MWh					
	2º Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal	
	30/6/2012	30/6/2011	2º Trim/12	2º Trim/11	30/6/2012	
Residencial	1.391.846	1.313.361	37,16%	35,57%	78.486	5,98%
Industrial	706.531	892.042	18,86%	24,16%	(185.511)	-20,80%
Comercial	712.722	695.697	19,03%	18,84%	17.025	2,45%
Rural	363.058	266.427	9,69%	7,22%	96.631	36,27%
Poder Público	161.883	154.635	4,32%	4,19%	7.248	4,69%
Iluminação Pública	201.663	179.310	5,38%	4,86%	22.353	12,47%
Serviço Público	204.691	187.494	5,46%	5,08%	17.196	9,17%
Subtotal	3.742.394	3.688.966	99,90%	99,91%	53.428	1,45%
Consumo Próprio	3.627	3.417	0,10%	0,09%	210	6,15%
Total	3.746.021	3.692.383	100,00%	100,00%	53.638	1,45%

O volume total de energia vendida no mercado cativo da Companhia no segundo trimestre de 2012 foi de 3.746.021 MWh, representando um crescimento de apenas 1,45% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de 5,98%, atingindo um consumo de 1.391.846 MWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Coelba, com uma participação de 37,16% e tem se beneficiado de programas sociais como o Luz para Todos e políticas de “distribuição de renda” como o bolsa família, para melhorar seu desempenho no período considerado.

A classe comercial apresentou um crescimento de 2,45%, menor do que o comportamento histórico. Esse desempenho deve-se à migração de clientes do mercado cativo para o livre, migração esta que vem sendo retomada mais fortemente desde janeiro/12.

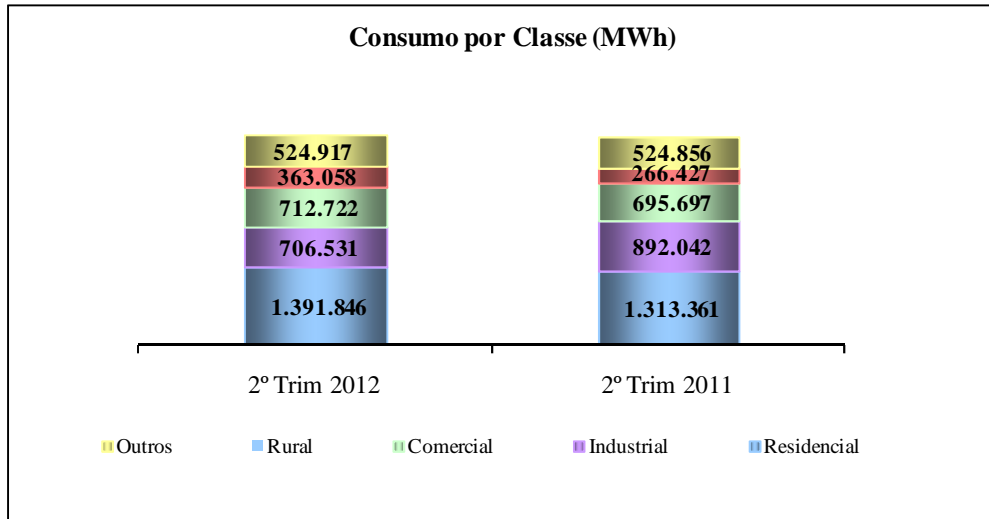
A classe industrial registrou um decréscimo de 20,8% sendo esse resultado reflexo da saída de clientes do mercado industrial cativo para o livre, fato que vem ocorrendo em todas as distribuidoras e com mais vigor a partir de janeiro/12. A expectativa para o setor industrial brasileiro e baiano é de retomada gradual na produção industrial, esperando-se uma recuperação no ritmo de crescimento no segundo semestre de 2012.

A classe rural, que apresenta seu desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, registrou alta expressiva de 36,27% muito em função da maior utilização de equipamentos para irrigação, como consequência da menor incidência de chuvas, principalmente nas regiões oeste e norte, onde a participação da irrigação é relevante.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
 EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE – EM MWh



Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

LEILÃO ENERGIA EXISTENTE		%		Contratos				Residencial		%			
2.334.420	52,4	4.456.826				1.391.846	37,16						
2.593.049	57,6	4.503.683				1.313.361	35,57						
LEILÃO ENERGIA NOVA		%		Mercado Livre		Mercado Próprio		%		Industrial		%	
920.991	20,7	360.284		3.746.022	78,10					706.531	18,86		
717.536	15,9	169.257		3.692.383	82,42					892.042	24,16		
ITAPEBI		%		Perdas Rede Básica		Mercado Livre		%		Comercial		%	
466.752	10,5	100.766		360.284	7,51					712.722	19,03		
468.031	10,4	89.785		169.257	3,78					695.697	18,84		
TERMOPE		%		Sobras		Perda Distribuição		%		Rural		%	
141.960	3,2	-		690.299	14,39					363.058	9,69		
141.960	3,2	103.505		618.010	13,80					266.427	7,22		
AFLUENTE		%		Déficits		Uso Distribuidoras		%		Outros		%	
37.128	0,8	(80.261)		77	0,00					571.865	15,26		
37.128	0,8	-		61	0,00					524.856	14,21		
TERMOAÇU		%		Uso Distribuidoras									
360.360	8,1	77		61									
360.360	8,0	61											
NC ENERGIA		%											
178	0,0												
6.000	0,1												
MGSD		%											
103.540	2,3												
89.827	2,0												
PROINFA		%											
91.497	2,1												
89.792	2,0												

Legenda:

1º Trimestre de 2012
1º Trimestre de 2011

A energia injetada atingiu o patamar de 4.796.683 MWh no segundo trimestre de 2012, um crescimento de 7,08% com relação a igual período de 2011. Do total da energia injetada, 78,10% foi destinada ao consumo cativo, 7,51% para o consumo do mercado livre e 14,39% representam perdas no processo de distribuição.

O mercado livre* apresentou um aumento expressivo de 112,86% no segundo trimestre com relação ao mesmo trimestre de 2011, com um consumo de 360.284 MWh. Tal crescimento se deve à forte migração de clientes cativos para o mercado livre.

No segundo trimestre de 2012, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais) apresentaram um crescimento de 0,59 ponto percentual, em relação ao mesmo período do ano anterior.

*Mercado Livre – Consumidores com demanda \geq 3000KW que podem comprar de qualquer fornecedor.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. INVESTIMENTOS

	2º Trimestre 2012		Acumulado até 30/06/2012	
	Investimento	Subvenções	Investimento	Subvenções
	Total	Realizadas	Total	Realizadas
Distribuição	310.895	80.514	592.986	69.457
Comercialização	68	-	127	-
Administração	3.703	-	5.084	-
Total	314.667	80.514	598.198	69.457

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes, tendo sido investido no 2º trimestre de 2012 o montante de R\$ 314.667.

No 2º trimestre de 2012 ocorreu o ingresso de recursos do “Programa Luz para Todos” no montante de R\$ 79.336 referente ao Contrato de Financiamento e Subvenção junto a Eletrobrás ECFS-324/2011 - 7ª Tranche.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (principalmente o Programa Luz para Todos).

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensa;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

4.1 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011, posteriormente prorrogado até 2014 com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A resolução ANEEL n° 488, de 05/05/2012, estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural para o período 2011 a 2014.

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,02 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, quando o programa começou, até junho de 2012, a distribuidora já realizou 483.103 ligações e encontra-se em execução 2.611.

	<u>30/06/2012</u>
Ligações executadas até 2011	468.734
Ligações executadas até Junho de 2012	14.369
Total de ligações executadas	<u>483.103</u>
Em execução	2.611
A executar	<u>30.390</u>
Ligações Totais do Programa LPT	<u>516.104</u>

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO TRIMESTRE

	2º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Receita Bruta	1.940.698	1.667.596	273.102	16,38
Deduções da Receita Bruta	(568.730)	(501.372)	(67.358)	13,43
Receita Líquida	1.371.968	1.166.224	205.744	17,64
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(963.560)	(754.801)	(208.759)	27,66
Resultado Bruto	408.408	411.423	(3.015)	-0,73
Outras Despesas Operacionais	(137.491)	(95.689)	(41.802)	43,69
Resultado do Serviço (I)	270.917	315.734	(44.817)	-14,19
Amortização	63.921	57.819	6.102	10,55
Resultado Alienação	746	257	489	189,87
EBITDA	335.584	373.811	(38.227)	-10,23
Resultado Financeiro (II)	(44.363)	(41.678)	(2.685)	6,44
Resultado Operacional (I) + (II)	226.554	274.056	(47.502)	-17,33
IR e CSLL	(34.889)	(43.549)	8.660	-19,89
Lucro do Período	191.665	230.507	(38.842)	-16,85

5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou no segundo trimestre de 2012 uma Receita Bruta de R\$ 1.940.698 (R\$ 1.667.596 no segundo trimestre de 2011), representando um acréscimo de 16,38%, e uma Receita Líquida de R\$ 1.371.968 (R\$ 1.166.224 no segundo trimestre de 2011), representando um acréscimo de 17,64%.

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

- Crescimento da receita com fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 244.549 (+24,21%), devido a:
 - ✓ Reajuste tarifário médio para os consumidores de 6,57% (seis vírgula cinquenta e sete por cento), conforme Resolução Homologatória nº. 1.282, de 17 de abril de 2012, aplicado a partir de 22 de abril de 2012.
 - ✓ Aumento do consumo de energia elétrica de 53.638 MWh (1,45%), devido, principalmente: (i) crescimento normal de mercado (consumidores x consumo x tarifa), (ii) aumento no número de consumidores em decorrência dos Programas de Universalização, incluindo o Programa Luz para Todos.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em atendimento ao Despacho ANEEL no. 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de distribuição e comercialização utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos. Para o 2º. Trimestre de 2012 o percentual de reclassificação da receita ficou em torno de 68%.

Destacamos as variações positivas identificadas nas tarifas de uso da rede (transporte) no último reajuste tarifário, em relação às tarifas de energia, o que faz com que o custo de transporte seja representativo no total da receita de distribuição de energia elétrica.

- Redução na subvenção baixa renda em decorrência da diminuição dos consumidores enquadrados como baixa renda, devido à adequação dos novos critérios da tarifa social, de acordo com a Resolução ANEEL no. 414, de 09/09/2010.
- Crescimento da receita de construção em R\$ 74.630 (+46,13%) devido ao aumento de investimentos comparados ao período anterior.

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Dessa forma não gera nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia.

- Crescimento dos tributos de ICMS, PIS e COFINS (deduções da receita bruta) no montante de R\$ 44.935, R\$ 4.531 e R\$ 21.195 (13,65%, 15,85% e 16,08%), respectivamente, em decorrência principalmente do acréscimo da receita bruta de vendas e/ou serviços.
- Redução dos encargos com Conta Consumo de Combustível - CCC no montante de R\$ 13.670 (-28,84%) em função de redução do custo unitário proposto para o exercício de 2012 de R\$ 7,75 por MWh, bastante inferior ao custo unitário de R\$ 15,00 por MWh utilizado em 2011, conforme consta da Nota Técnica ANEEL no. 91, de 11 de abril de 2012.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não-Gerenciáveis				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	548.621	432.314	116.307	26,90
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	66.985	56.925	10.060	17,67
Taxa de Fiscalização – TFSEE	2.281	2.281	-	0,00
	<u>617.887</u>	<u>491.520</u>	<u>126.367</u>	<u>25,71</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis				
Pessoal e Administradores	50.939	52.567	(1.628)	-3,10
Material	2.271	2.860	(589)	-20,59
Serviços de terceiros	81.960	59.958	22.002	36,70
Depreciação e amortização	63.921	57.819	6.102	10,55
Provisões Líquidas - PCLD	36.127	14.978	21.149	141,20
Provisões Líquidas - Contingências	296	(1.166)	1.462	-125,39
Custo de Construção	236.426	161.796	74.630	46,13
Outros	11.224	10.157	1.067	10,51
	<u>483.164</u>	<u>358.969</u>	<u>124.195</u>	<u>34,60</u>
Total	<u>1.101.051</u>	<u>850.489</u>	<u>250.562</u>	<u>29,46</u>

Os custos e despesas operacionais no segundo trimestre de 2012 correspondem a R\$ 1.101.051 (R\$ 850.490 no mesmo período de 2011), representando um crescimento de R\$ 250.561, equivalente a 29,46%.

Contribuíram para esse resultado:

- Crescimento do custo com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$ 116.307 (+ 26,90%), devido ao aumento no volume de energia injetada de 1,77% (+160.292 MWh), em decorrência do crescimento da energia requerida no fornecimento de energia elétrica. Além disso, deve-se considerar os seguintes fatores: (i) novos contratos para compra de energia entraram em operação elevando os custos do período; (ii) reajuste dos contratos de compra de energia ocorrida após o reajuste tarifário de 22 de Abril de 2012, onde os contratos foram atualizados pelo IPCA do período; (iii) redução da compra de energia contratada via leilão devido a algumas geradoras não terem entrado em operação no último trimestre, sendo necessário a compra de energia no curto prazo, com custo bem superior ao leilão.
- Redução da despesa com pessoal e administradores no montante de R\$ 1.628 (-3,10%), em decorrência do período anterior estar impactado pelo registro do complemento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) referente ao exercício 2010.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- Crescimento das provisões líquidas – PCLD no montante de R\$ 21.149, com o aumento da inadimplência das classes Residencial e Residencial Baixa Renda, impactado pelos novos critérios de fornecimento de energia estabelecidos pela ANEEL através da Resolução 414/2010 que impede o corte para dívidas vencidas há mais de 90 dias e limita o período para execução do corte em até 10 dias após o reaviso.
- Crescimento das despesas com serviços de terceiros no montante de R\$ 22.002 – 36,70%, devido principalmente a: (i) reajuste dos serviços; e (ii) aumento no volume de serviços realizados de poda de árvore e limpeza de faixa de servidão visando minimizar os impactos das fortes chuvas que ocasionam interrupção da rede elétrica (iii) corte e religação com a intensificação das ações de campo (cobrança domiciliar, corte, acompanhamento de cortado e religações), com a finalidade de melhorar a arrecadação.
- Aumento do custo de construção em R\$ 74.630, 46,13%, devido ao volume de investimentos. Vide comentários acima na Receita de Construção.

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	3.641	10.532	(6.891)	-65,43
Juros, comissões e acréscimo moratório	21.714	16.741	4.973	29,71
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	(59.837)	(55.290)	(4.547)	8,22
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(9.881)	(13.661)	3.780	(27,67)
Total	(44.363)	(41.678)	(2.685)	6,44

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 44.363 no segundo trimestre de 2012, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 41.678 no mesmo período de 2011, representando uma variação negativa de R\$ 2.685.

Contribuíram para esse resultado:

- Aumento dos encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas) em R\$ 4.547 – 8,22%. Esse crescimento deve-se principalmente ao aumento da despesa com encargos de dívida em função das novas captações de recursos para programas de investimentos de distribuição da Companhia, a partir de junho de 2011.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado Até		Variação %
	30/06/2012	30/06/2011	
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	3.852.705	3.321.538	15,99%
Receita Operacional Líquida	2.712.514	2.325.248	16,65%
EBITDA	657.304	675.393	-2,68%
Resultado do Serviço	539.080	560.352	-3,80%
Resultado Financeiro sem JSCP	-112.490	-85.385	31,74%
Lucro Líquido	354.851	408.288	-13,09%
Margem EBITDA (%)	24,2%	29,0%	-16,44%
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	29,4%	34,6%	-14,96%
Margem Operacional (%)	19,9%	24,1%	-17,54%
Margem Líquida (%)	13,1%	17,6%	-25,67%
Indicadores Financeiros			
	30/06/2012	30/06/2011	Variação %
			2012/2011
Ativo Total	6.567.283	5.902.761	11,26%
Dívida Bruta	2.683.115	2.422.482	10,76%
Patrimônio Líquido	2.395.077	2.270.293	5,50%
Investimentos	598.198	464.204	28,87%
Dívida Total Líquida	2.487.407	2.121.247	17,26%
Dívida Total Líquida /EBITDA (**)	1,97	1,52	29,48%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,51	0,48	6,14%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	0,14	0,04	237,93%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,36	0,38	-4,03%
Indicadores de Produtividade			
	30/06/2012	30/06/2011	Variação %
			2012/2011
Nº de Empregados	2.501	2.523	-0,87%
Nº de Consumidores	5.115.739	4.997.075	2,37%
Consumidores/Empregados	2.045	1.981	3,25%
Custos/Consumidores	0,20	0,16	22,39%
Receita Operacional Líquida/Empregados	1.085	922	17,63%

(*) ROL sem a Receita de Construção

(**) EBITDA análise dos últimos 12 meses

O número de consumidores apresentou um crescimento de 2,37%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados. O índice ROL/Empregados está influenciando positivamente pelo aumento da receita líquida.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Conciliação EBITDA (*)	2º Trim.		Variação % 2012/2011	Acumulado Até		Variação % 2012/2011
	2012	2011		30/06/2012	30/06/2011	
Lucro líquido	191.665	230.507	-16,9%	354.851	408.288	-13,1%
Despesas financeiras	114.613	102.551	11,8%	264.427	192.342	37,5%
Receitas financeiras	(70.250)	(60.872)	15,4%	-151.937	-106.957	42,1%
Resultado Desativação Bens e Direitos	(746)	257	-390,3%	4.215	1.087	287,8%
Imposto de renda	39.443	38.829	1,6%	58.416	57.238	2,1%
Amortização	(63.921)	57.819	-210,6%	118.224	113.953	3,7%
Amortização de ágio	(4.554)	4.720	-196,5%	9.108	9.441	-3,5%
EBITDA	206.250	373.811	-44,8%	657.304	675.392	-2,7%

(*) ROL sem a Receita de Construção

6. ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ 2.422.482 em 30 de junho de 2011 para R\$ 2.683.115 em 30 de junho de 2012. Este acréscimo de 10,76% ocorreu principalmente em função de ingressos financeiros de contratos já existentes.

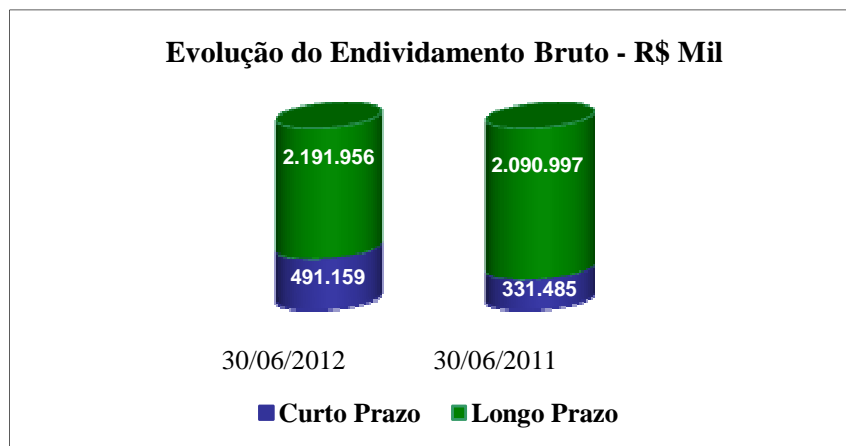
A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o segundo trimestre de 2012 com R\$ 2.487.407 (R\$ 2.121.247 em 30 de junho de 2011), 17,26% maior do que a verificada no período anterior.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 1,52 em 30 de junho de 2011 para 1,97 em 30 de junho de 2012 devido ao crescimento da dívida líquida que foi superior ao crescimento do EBITDA no período.

A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre curto e longo prazo.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE JUNHO DE 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)



Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	103.587	180.756
Contas a receber de clientes e outros	4	940.782	939.216
Títulos e valores mobiliários	5	51.341	34.667
Impostos e contribuições a recuperar	6	166.677	108.237
Estoques		9.386	10.481
Despesas pagas antecipadamente		8.502	3.669
Entidade de previdência privada		9.365	6.156
Serviços em curso	7	194.630	160.549
Outros ativos circulantes	8	27.289	22.541
TOTAL DO CIRCULANTE		1.511.559	1.466.272
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	193.186	256.602
Títulos e valores mobiliários	5	40.780	52.598
Impostos e contribuições a recuperar	6	63.547	58.794
Coligadas e controladora		567	211
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		199.477	208.586
Depósitos judiciais	10	168.288	139.809
Entidade de previdência privada		29.428	35.119
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	1.364.160	659.635
Outros ativos não circulantes	8	8.037	8.075
Outros investimentos		10.496	12.117
Intangível	12	2.977.758	3.280.862
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.055.724	4.712.408
ATIVO TOTAL		6.567.283	6.178.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	434.694	395.330
Empréstimos e financiamentos	14	309.428	312.973
Debêntures	15	181.732	102.932
Salários e encargos a pagar	16	43.555	33.326
Taxas regulamentares	17	193.623	169.824
Impostos e contribuições a recolher	18	193.105	132.903
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	261.512	31.247
Provisões	20	20.121	18.403
Outros passivos circulantes	21	117.949	178.277
TOTAL DO CIRCULANTE		1.755.719	1.375.215
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	26.404	25.397
Empréstimos e financiamentos	14	2.055.312	2.026.566
Debêntures	15	136.644	272.532
Taxas regulamentares	17	21.206	30.787
Impostos e contribuições a recolher	18	3.672	3.183
Impostos e contribuições diferidos	9	19.052	9.514
Provisões	20	119.158	109.361
Entidade de previdência privada		1.688	1.688
Coligadas e controladora		83	80
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	21	30.866	24.018
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.416.487	2.505.528
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	22		
Capital social		542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		725.775	725.568
Outros resultados abrangentes		74.238	48.065
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	284.091
Lucro do período		354.851	-
Total do patrimônio líquido		2.395.077	2.297.937
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.395.077	2.297.937
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		6.567.283	6.178.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Em 30 de junho de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	Notas	01/04/2012 a 30/06/2012	30/06/2012	01/04/2011 a 30/06/2011	30/06/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	1.371.968	2.712.514	1.166.224	2.325.248
Custo do serviço	24	(963.560)	(1.885.552)	(754.801)	(1.540.850)
LUCRO BRUTO		408.408	826.962	411.423	784.398
Despesas com vendas		(87.175)	(187.236)	(65.910)	(130.723)
Despesas gerais e administrativas		(50.316)	(104.861)	(29.779)	(93.323)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		270.917	534.865	315.734	560.352
Resultado financeiro		(44.363)	(112.490)	(41.678)	(85.385)
Receita financeira	25	70.250	151.937	60.872	106.957
Despesa financeira	25	(114.613)	(264.427)	(102.550)	(192.342)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		226.554	422.375	274.056	474.967
Imposto de renda e contribuição social		(34.889)	(67.524)	(43.549)	(66.679)
Corrente		(91.559)	(145.776)	(70.557)	(140.762)
Diferido		10.065	3.943	(8.956)	6.968
Incentivo SUDENE		51.159	83.417	40.685	76.557
Amortização do ágio e reversão PMIPL		(4.554)	(9.108)	(4.721)	(9.442)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		191.665	354.851	230.507	408.288
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,99	1,83	1,19	2,10
Preferencial A		0,99	1,83	1,19	2,10
Preferencial B		1,09	2,01	1,31	2,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Em 30 de junho de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	<u>01/04/2012 a</u> <u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>01/04/2011 a</u> <u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro do período	191.665	354.851	230.507	408.288
Outros resultados abrangentes				
Ajustes ativos financeiros da Concessão	33.175	39.656	5.943	16.657
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	(11.275)	(13.482)	(1.954)	(5.597)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	21.900	26.174	3.989	11.060
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	<u>213.565</u>	<u>381.025</u>	<u>234.496</u>	<u>419.348</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em 30 de junho de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	Reserva de Capital		Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	542.163	339.052	340.429	473.628	108.433	65.069	409	19.862	469.098	2.376.712
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	14	-	-	14
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	14	-	-	14
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	408.288	-	-	408.288
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	16.657	-	16.657
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	(5.597)	-	(5.597)
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	11.060	-	11.060
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.683)	(56.683)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(469.098)	(469.098)	(469.098)
Saldo em 30 de junho de 2011	542.163	339.052	340.429	473.628	108.433	65.069	423	30.922	-	2.270.293
Saldo em 31 de dezembro de 2011	542.163	339.052	340.429	616.687	108.433	-	449	48.065	284.091	2.297.937
Reversão de Dividendos / JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	206	-	-	206
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	206	-	-	206
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	354.851	-	-	354.851
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	39.656	-	39.656
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	(13.482)	-	(13.482)
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	26.174	-	26.174
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(284.091)	(284.091)
Saldo em 30 de junho de 2012	542.163	339.052	340.429	616.687	108.433	-	655	74.239	-	2.395.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Em 30 de junho de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
RECEITAS		
Vendas de energia, serviços e outros	3.852.704	3.321.538
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(106.151)	(24.941)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(4.216)	(1.087)
	<u>3.742.337</u>	<u>3.295.510</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.032.423)	(870.650)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(134.646)	(112.868)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(666.207)	(517.056)
	<u>(1.833.276)</u>	<u>(1.500.574)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.909.061	1.794.936
Amortização	(118.224)	(113.953)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.790.837	1.680.983
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	151.937	106.957
	<u>151.937</u>	<u>106.957</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.942.774	1.787.940
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	71.487	61.651
Encargos sociais (exceto INSS)	15.488	14.663
Entidade de previdência privada	2.531	4.235
Auxílio alimentação	6.727	5.085
Convênio assistencial e outros benefícios	2.200	2.437
Férias e 13º salário	17.150	13.520
Plano de saúde	6.715	5.232
Indenizações trabalhistas	950	3.100
Participação nos resultado	8.660	26.193
Administradores	1.184	1.648
Encerramento de ordem em curso	649	890
(-) Transeferência para ordens	(43.581)	(36.726)
Subtotal	90.160	101.928
Impostos , Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	15.947	13.363
ICMS	656.997	563.465
PIS/COFINS sobre faturamento	312.985	269.759
Imposto de renda e contribuição social	67.524	66.678
Obrigações intra-setoriais	171.718	165.241
Outros	5.831	4.781
Subtotal	1.231.002	1.083.287
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	264.427	192.343
Aluguéis	2.334	2.094
Subtotal	266.761	194.437
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	-	56.683
Lucro / Prejuízos	354.851	351.605
Subtotal	354.851	408.288
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	1.942.774	1.787.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Em 30 de junho de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	422.375	474.967
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	113.918	113.951
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	127.470	124.762
Valor residual do ativo intangível	3.908	1.066
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	11.521	9.882
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	106.151	24.941
	785.343	749.569
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(44.302)	(70.099)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(60.553)	(47.350)
Estoques	1.095	(1.557)
Depósitos judiciais	(25.412)	(15.229)
Despesas pagas antecipadamente	(4.833)	(4.979)
Entidade de previdência privada	2.482	-
Coligadas e controladas	(356)	(213)
Outros ativos	(49.241)	(23.907)
	(181.120)	(163.334)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	40.368	8.743
Salários e encargos a pagar	10.229	9.740
Encargos de dívidas e swap pagos	(114.889)	(109.714)
Taxas regulamentares	12.425	17.862
Impostos e contribuições sociais a recolher	(1.683)	(16.001)
Coligadas e Controladas	9	78
Indenizações/contingências pagas	(11.597)	(9.504)
Outras passivos	(53.481)	(6.857)
	(118.619)	(105.653)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	485.604	480.582
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	100.514	560.776
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(80.644)	(78.894)
Amortização do principal de debêntures	(57.189)	(155.321)
Obrigações vinculadas	126.415	94.646
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(53.603)	(310.064)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	35.493	111.143
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	1.622	-
Intangível	(598.198)	(464.172)
Títulos e valores mobiliários	(1.690)	8.533
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(598.266)	(455.639)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(77.169)	136.086
Caixa e equivalentes no início do período	180.756	101.277
Caixa e equivalentes no final do período	103.587	237.363
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(77.169)	136.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e aos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão n° 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

Estas Informações Trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais de 31 de dezembro de 2011, descritas na nota explicativa nº 2 da referida demonstração, e, portanto, essas informações trimestrais e as referidas demonstrações contábeis devem ser analisadas em conjunto.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 18 de julho de 2012, as quais estão expressas em milhares de reais.

Adicionalmente, a informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificada para melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A apresentação entre os saldos publicados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/11	
	Balanco Patrimonial	
	Publicado	Reclassificado
Ativo Circulante		
Contas a receber	923.069	939.216
Serviço em curso	44.958	160.549
Outros ativos circulantes	38.688	22.541
Ativo Não Circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos	74.753	-
Passivo Circulante		
Fornecedores	395.410	395.330
Taxas regulamentares	52.454	169.824
Coligadas e controladora	-	80
Impostos e contribuições sociais diferidos	84.267	9.514
Outros passivos circulantes	180.056	178.277

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	42.426	37.025
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	36.120	74.730
Fundos de investimento	25.041	69.001
	<u>103.587</u>	<u>180.756</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, risco insignificante de mudança no valor, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 97% a 100%.

4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	<u>Ref.</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Consumidores	(a)	1.269.965	1.297.974
Títulos a receber		1.650	2.743
Comercialização de energia na CCEE	(b)	17.093	17.989
Disponibilização do sistema de distribuição		17.684	13.054
Serviços prestados a terceiros		11.897	11.407
Subvenção à baixa renda - tarifa social		59.860	16.147
Outros créditos		46.190	61.220
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(c)	<u>(290.371)</u>	<u>(224.716)</u>
Total		<u>1.133.968</u>	<u>1.195.818</u>
Circulante		940.782	939.216
Não circulante		193.186	256.602

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

(a) Consumidores

	Saldo vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Setor privado							
Residencial	280.544	145.454	218.963	644.961	671.027	(257.931)	(191.058)
Industrial	93.612	9.339	11.523	114.474	130.349	(4.651)	(3.480)
Comercial, serviços e outras	136.852	34.642	35.902	207.396	212.418	(12.645)	(11.401)
Rural	44.547	10.599	17.240	72.386	63.771	(5.302)	(3.417)
	<u>555.555</u>	<u>200.034</u>	<u>283.628</u>	<u>1.039.217</u>	<u>1.077.565</u>	<u>(280.529)</u>	<u>(209.356)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	4.713	174	1.031	5.918	6.219	(398)	-
Estadual	7.817	2.618	902	11.337	10.645	(14)	-
Municipal	14.432	11.041	1.770	27.243	23.712	(30)	-
	<u>26.962</u>	<u>13.833</u>	<u>3.703</u>	<u>44.498</u>	<u>40.576</u>	<u>(442)</u>	<u>-</u>
Iluminação pública	23.803	10.286	1.496	35.585	35.445	(36)	-
Serviço público	39.042	2.842	1.855	43.739	39.980	(586)	(756)
Fornecimento não faturado	106.926	-	-	106.926	104.408	-	-
	<u>752.288</u>	<u>226.995</u>	<u>290.682</u>	<u>1.269.965</u>	<u>1.297.974</u>	<u>(281.593)</u>	<u>(210.112)</u>
Total				<u>1.097.719</u>	<u>1.063.423</u>	<u>(281.593)</u>	<u>(210.112)</u>
Circulante				172.246	234.551	-	-
Não circulante							

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(210.112)	(1.572)	(13.032)	(224.716)
Adições	(180.303)	(834)	(7.465)	(188.602)
Reversões	68.325	985	13.140	82.450
Baixados a reserva	40.497	-	-	40.497
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>(281.593)</u>	<u>(1.421)</u>	<u>(7.357)</u>	<u>(290.371)</u>

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/12	31/12/11
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	2.741	19.071
Banco Itaú	(2)	CDB	ago-12 / fev-13	CDIC	1.107	999
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	dez-12	CDI	14.067	16.312
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	set-18	CDI	20.512	19.698
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jul-16	CDI	15.034	15.961
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	17.818	2.390
Bradesco	(2)	LFT	set-12 / mar-13	CDI	578	552
Bradesco	(2)	CDB	jan-13 / set-13	CDI	2.108	2.000
Caixa Econômica Federal		CDB	fev-14 / mar-17	CDI	13.754	5.555
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	4.402	4.727
Total					<u>92.121</u>	<u>87.265</u>
Circulante					51.341	34.667
Não Circulante					40.780	52.598

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras, no montante de R\$ 49.613;

(2) Constituem garantia de contrato de energia.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

6 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/06/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	62.941	39.736
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	40.067	6.483
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	47.471	43.399
Programa de integração social - PIS	(c)	2.481	1.430
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	11.287	15.093
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.687	1.354
Outros		743	742
		<u>166.677</u>	<u>108.237</u>
Não-Circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	61.135	56.382
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.412	2.412
		<u>63.547</u>	<u>58.794</u>
Total		<u>230.224</u>	<u>167.031</u>

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e foi apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 105.694 (R\$ 97.478 em 31 de dezembro de 2011).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 2.912 (R\$ 2.303 em 31 de dezembro de 2011).

(c) PIS e COFINS a recuperar composto da seguinte forma:

c.1) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

c.2) PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) – A Companhia impetrou Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21/07/2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª. Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurida a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, a Companhia obteve o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procedeu no mês de setembro de 2010 ao registro contábil do indébito tributário, que foi totalmente compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante total de R\$ 78.701 (R\$ 75.573 valor original), tendo como contrapartida o resultado do exercício daquele exercício.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 20 – Provisões.

7 SERVIÇOS EM CURSO

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Serviço próprio	152.803	131.561
Serviços prestados a terceiros	41.827	28.988
Total	<u>194.630</u>	<u>160.549</u>

Estão classificados nesse grupo os serviços próprios e os serviços para terceiros em curso nos quais constam valores referentes aos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D no montante de R\$ 15.864 (R\$ 11.856 em 31 de dezembro de 2011) e Programa de Eficientização Energética – PEE, no montante de R\$ 116.971 (R\$ 103.736 em 31 de dezembro de 2011) que serão transferidos para os respectivos grupos de taxas regulamentares (Nota Explicativa 17) quando os projetos forem concluídos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

8 OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/06/12	31/12/11
Adiantamentos a empregados		5.904	459
Adiantamentos a fornecedores		1.706	1.042
Serviços prestados a terceiros		999	787
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	8.330	8.122
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	8.245	9.886
Cobrança extra judicial		726	834
Uso mútuo de postes		4.514	4.848
Sub-Rogação CCC		1.620	1.720
Outros créditos a receber		3.282	2.918
Total		<u>35.326</u>	<u>30.616</u>
Circulante		27.289	22.541
Não Circulante		8.037	8.075

(a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, no valor de R\$ 18.776, em favor da Companhia, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as sete primeiras parcelas anuais.

(b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	Passivo (-)			
	30/06/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(61.108)	(15.239)	(26.520)	(6.593)
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(42.365)	<u>(3.813)</u>	(32.454)	<u>(2.921)</u>
Total		<u><u>(19.052)</u></u>		<u><u>(9.514)</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/06/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.032	39.032	61.338	61.338
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	139.279	139.279	127.763	127.763
Provisão PLR	10.172	10.172	2.560	2.560
Incentivo fiscal Sudene	-	-	6.575	-
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	1.996	1.996
Ativos e passivos regulatórios	11.823	11.823	-	-
Outros	16.835	16.835	16.794	16.794
Total Ativo	<u>224.137</u>	<u>224.137</u>	<u>222.026</u>	<u>215.451</u>
Passivo (-)				
Precatório Finsocial/PAES	(8.331)	(8.331)	(8.122)	(8.122)
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	(532)	(532)	(1.647)	(1.647)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(112.645)	(112.027)	(72.995)	(72.355)
Ajuste da quota anual de amortização	(20.139)	(20.139)	(17.262)	(17.262)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(71.161)	(71.161)	(71.833)	(71.833)
Déficit plano previdenciário	(308)	(308)	(308)	(308)
Superávit plano previdenciário	(42.383)	(42.383)	(44.865)	(44.865)
Ativos e passivos regulatórios	-	-	(17.532)	(17.532)
Custo de captação	(11.621)	(11.621)	(13.982)	(13.981)
Outros	(18.124)	-	-	-
Total Passivo	<u>(285.245)</u>	<u>(266.502)</u>	<u>(248.546)</u>	<u>(247.905)</u>
Total Líquido	<u>(61.108)</u>	<u>(42.365)</u>	<u>(26.520)</u>	<u>(32.454)</u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos ativos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2012 e 2011.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

Ref.	Período de três meses findos em			
	30/06/12		30/06/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	226.554	226.554	274.056	274.056
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.554)	(4.554)	(4.721)	(4.721)
Ajustes decorrentes do RTT	44	44	30	30
Juros sobre capital próprio	-	-	(28.343)	(28.343)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	222.044	222.044	241.022	241.022
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	55.511	19.984	60.256	21.692
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	4	-	4
Contribuições e doações	1	-	1	-
Multas indedutíveis	987	355	123	44
Depreciação veículos executivos	9	3	21	7
Ajustes decorrentes do RTT	9.005	-	-	-
Outras adições	227	78	170	534
	10.229	440	315	589
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(2.210)	(796)	(2.291)	(825)
Incentivo fiscal SUDENE	(51.663)	-	(40.689)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(317)	-	(219)	-
Outras exclusões	(486)	(357)	-	-
	(54.676)	(1.153)	(43.199)	(825)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	11.064	19.271	17.372	21.456
Corrente	16.081	24.319	10.786	19.086
Diferido	(5.017)	(5.048)	6.586	2.370
	11.064	19.271	17.372	21.456

Ref.	Período de seis meses findos em			
	30/06/12		30/06/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	422.375	422.375	474.967	474.967
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(9.108)	(9.108)	(9.442)	(9.442)
Ajustes decorrentes do RTT	84	84	61	61
Juros sobre capital próprio	-	-	(56.686)	(56.686)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	413.351	413.351	408.900	408.900
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	103.338	37.202	102.225	36.801
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	8	-	8
Contribuições e doações	18	7	2	1
Multas indedutíveis	1.507	543	142	51
Depreciação veículos executivos	27	10	50	18
Ajustes decorrentes do RTT	6.175	-	-	-
Outras adições	938	129	684	1.077
	8.665	697	878	1.155
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(4.421)	(1.591)	(4.582)	(1.650)
Incentivo fiscal SUDENE	(83.921)	-	(76.562)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(901)	-	(1.028)	-
Outras exclusões	(491)	(161)	-	-
	(89.734)	(1.752)	(82.172)	(1.650)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	22.269	36.147	20.931	36.306
Corrente	23.534	38.825	26.055	38.150
Diferido	(1.265)	(2.678)	(5.124)	(1.844)
	22.269	36.147	20.931	36.306

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

(a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

10 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>Ref.</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Trabalhistas		87.761	77.402
Cíveis		47.633	31.121
Fiscais:		<u>29.807</u>	<u>28.767</u>
PIS / COFINS		12.168	11.856
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	7.663	7.329
Outros		9.976	9.582
Outros		<u>3.087</u>	<u>2.519</u>
Total		<u><u>168.288</u></u>	<u><u>139.809</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

- a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

11 CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	659.635
Baixas	(365)
Transferências (a)	665.235
Atualização monetária / valor justo	39.655
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>1.364.160</u>

(a) Transferência do Intangível devido a remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide comentários nota 12).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em agosto de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12 INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/06/2012				31/12/11	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,81	3.580.916	(1.039.172)	(244.669)	2.297.075	2.592.776
Em curso						
Direito de uso da concessão		694.694	-	(14.011)	680.683	688.086
Total		<u>4.275.610</u>	<u>(1.039.172)</u>	<u>(258.680)</u>	<u>2.977.758</u>	<u>3.280.862</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.873.917	(896.521)	(384.620)	2.592.776	600.743	87.343	688.086	3.280.862
Adições	-	-	-	-	598.198	(126.413)	471.785	471.785
Baixas	(17.161)	14.752	-	(2.409)	(1.134)	-	(1.134)	(3.543)
Amortizações	-	(157.403)	40.956	(116.447)	-	-	-	(116.447)
Transferências - Intangíveis	325.638	-	7.127	332.765	(325.638)	(7.127)	(332.765)	-
Transferências - Ativos financeiros	(601.478)	-	91.782	(509.696)	(179.257)	23.718	(155.539)	(665.235)
Transferências - Outros	-	-	86	86	1.782	8.468	10.250	10.336
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>3.580.916</u>	<u>(1.039.172)</u>	<u>(244.669)</u>	<u>2.297.075</u>	<u>694.694</u>	<u>(14.011)</u>	<u>680.683</u>	<u>2.977.758</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – concessão do serviço público. (Vide nota explicativa nº 11).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, efetuamos uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avalia anualmente o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

13 FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	30/06/12	31/12/11
Energia elétrica:	251.776	220.632
Terceiros	209.153	176.539
Partes relacionadas	42.623	44.093
Encargos de uso da rede	28.385	26.239
Terceiros	26.265	24.165
Partes relacionadas	2.120	2.074
Materiais e serviços	154.449	148.459
Terceiros	154.067	147.878
Partes relacionadas	382	581
Energia livre	26.488	25.397
Total	461.098	420.727
Circulante	434.694	395.330
Não circulante	26.404	25.397

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	30/06/12	31/12/11
Moeda nacional							
BNB		1.724	-	64.025	304.421	370.170	389.340
(-) Custos de transação	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	-	-	(1.006)	(2.200)	(3.206)	(3.752)
		1.724	-	63.019	302.221	366.964	385.588
BNDES FINEM		1.911	-	68.487	478.935	549.333	521.705
(-) Custos de transação	8,06% a.a.	-	-	(33)	(26)	(59)	(81)
		1.911	-	68.454	478.909	549.274	521.624
Eletrobrás		712	-	24.242	154.911	179.865	170.163
(-) Custos de transação	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	-	(201)	(925)	(1.126)	(636)
		712	-	24.041	153.986	178.739	169.527
FINEP		96	-	8.334	38.885	47.315	51.497
(-) Custos de transação	5,27% a.a. a 5,37% a.a.	-	-	(97)	(205)	(302)	(358)
		96	-	8.237	38.680	47.013	51.139
Banco do Brasil		24.897	27.986	90.000	408.891	551.774	536.072
(-) Custos de transação	13,55% a.a. / 13,76% a.a.	-	-	(1.774)	(2.423)	(4.197)	(5.365)
Operações com swap	99,5% do CDI	-	-	-	(12.455)	(12.455)	(6.014)
		24.897	27.986	88.226	394.013	535.122	524.693
BONDS BRL		8.225	-	-	400.000	408.225	408.225
(-) Custos de transação	12,19% a.a. a 12,28% a.a.	-	-	(865)	(2.444)	(3.309)	(3.627)
Operações com swap		-	-	-	-	-	-
		8.225	-	(865)	397.556	404.916	404.598
Total moeda nacional		37.565	27.986	251.112	1.765.365	2.082.028	2.057.169
Moeda estrangeira							
Títulos Externos	Libor + 1,875% a.a	22	-	8.559	290.251	298.832	273.156
Operações com swap	106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	-	-	12.170	(28.290)	(16.120)	9.214
		22	-	20.729	261.961	282.712	282.370
Total moeda estrangeira		22	-	20.729	261.961	282.712	282.370
Total		37.587	27.986	271.841	2.027.326	2.364.740	2.339.539

(a) Captações e renegociações de recursos no trimestre:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em 26/04/2012 o montante de R\$ 70.000 para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio e novembro de 2011.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os financiamentos denominados Títulos Externos e BONDS contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

Títulos Externos - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BONDS BRL 2016 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3.

Nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Garantias

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador, imóveis administrativos e títulos e valores mobiliários vinculados (contas reservas).

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

	30/06/12			31/12/11		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	109.158	(1.728)	107.430	189.194	(3.371)	185.823
2014	531.858	(3.235)	528.623	503.330	(3.128)	500.202
2015	586.592	(1.899)	584.693	562.849	(1.801)	561.048
2016	577.197	(772)	576.425	560.854	(700)	560.154
2017	141.751	(299)	141.452	125.407	(244)	125.163
Após 2017	116.980	(291)	116.689	94.310	(134)	94.176
Total	<u>2.063.536</u>	<u>(8.224)</u>	<u>2.055.312</u>	<u>2.035.944</u>	<u>(9.378)</u>	<u>2.026.566</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	280.726	1.776.443	32.247	250.123	2.339.539
Ingressos	-	100.514	-	-	100.514
Encargos	85.630	7.093	3.801	-	96.524
Varição monetária e cambial	-	-	418	21.825	22.243
Swap	-	(1.636)	2.573	(14.454)	(13.517)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(11)	(3.098)	4.381	1.272
Transferências	81.350	(88.371)	(86)	86	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(161.328)	-	(15.104)	-	(176.432)
(-) Custos de transação	2.299	(681)	-	-	1.618
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>288.677</u>	<u>1.793.351</u>	<u>20.751</u>	<u>261.961</u>	<u>2.364.740</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

15 DEBÊNTURES E ENCARGOS

Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	30/06/12				31/12/11	
						Encargos		Principal		Total	Total
						Circulante	Circulante	Não Circulante	Total		
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		540	6.269	5.420	12.229	17.470	
Operações com swap					IGPM+13,95	-	15.161	13.422	28.583	40.398	
						540	21.430	18.842	40.812	57.868	
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		1.282	78.641	117.997	197.920	238.116	
(-) Custos de transação						-	(303)	(195)	(498)	(705)	
						1.282	78.338	117.802	197.422	237.411	
7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		191	80.000	-	80.191	80.280	
(-) Custos de transação						-	(49)	-	(49)	(95)	
						191	79.951	-	80.142	80.185	
Total						2.013	179.719	136.644	318.376	375.464	

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêm a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures foi dada garantia de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	30/06/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total líquido	Debêntures	Custos Transação	Total líquido
2012	39.943	(102)	39.841	-	-	-
2013	96.896	(93)	96.803	177.389	(236)	177.153
Total	136.839	(195)	136.644	272.861	(329)	272.532

A mutação das debêntures é a seguinte:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	102.932	272.532	375.464
Encargos	15.927	-	15.927
Variação monetária e cambial	401	40	441
Swap	1.167	1.574	2.741
Efeito cumulativo marcação a mercado	(184)	27	(157)
Transferências	137.529	(137.529)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(76.293)	-	(76.293)
(-) Custos de transação	253	-	253
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>181.732</u>	<u>136.644</u>	<u>318.376</u>

16 SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Salários	3.571	5.384
Encargos sociais	7.858	6.619
Provisões férias e 13º salário	19.980	15.883
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.574	2.745
Provisão PLR	10.367	2.560
Outros	205	135
Total	<u>43.555</u>	<u>33.326</u>

17 TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Reserva Global de Reversão – RGR		22.429	17.006
Conta de Consumo de Combustível – CCC		8.740	16.255
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		3.162	2.850
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.685	1.519
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		260	260
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	50.506	46.015
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	125.348	114.167
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		760	760
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		1.939	1.779
Total		<u>214.829</u>	<u>200.611</u>
Circulante		<u>193.623</u>	<u>169.824</u>
Não Circulante		21.206	30.787

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s 300/2008 e 316/2008.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

18 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/06/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de renda - IR	27.153	3.712
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	39.184	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	65.130	72.810
Programa de integração social - PIS	8.082	7.289
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	36.386	32.844
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	7.127	6.928
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.003	1.116
Imposto sobre serviços - ISS	4.050	4.481
Outros	4.990	3.723
	<u>193.105</u>	<u>132.903</u>
Não-Circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	2.941	2.361
Programa de integração social - PIS	304	292
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	427	415
	<u>3.672</u>	<u>3.183</u>
Total	<u>196.777</u>	<u>136.086</u>

19 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Assembleia de Acionistas da Companhia aprovou a declaração de dividendos propostos e distribuição de reserva de lucros da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2012</u>					
AGOE de 18 de abril de 2012	Dividendos	219.021	1,1283426	1,1283426	1,2411769
AGOE de 18 de abril de 2012	Dividendos - Reserva	65.069	0,3352206	0,3352206	0,3687427
		<u>284.091</u>			

A movimentação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar para o segundo trimestre de 2012, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	31.247
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	284.091
Pagos no período	(53.619)
Prescritos	(207)
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>261.512</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

20 PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 20.121, classificada no passivo circulante (R\$ 18.403 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 119.158 no não circulante (R\$ 109.361 em 31 de dezembro de 2011) estão compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	73.993	43.950	9.821	127.764
Constituição	12.668	8.315	490	21.473
Baixas/reversão	(9.712)	(11.836)	-	(21.548)
Remuneração	7.593	3.636	361	11.590
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>84.542</u>	<u>44.065</u>	<u>10.672</u>	<u>139.279</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		30/06/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	48.866	1ª, 2ª e 3ª	Provável	48.866	40.610
	208.074	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	42.392	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	31.868	1ª, 2ª e 3ª	Provável	31.868	28.723
	186.908	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	61.089	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	3.808	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.808	4.660
	53.431	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	10.688	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>647.124</u>			<u>84.542</u>	<u>73.993</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingências Cíveis	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		30/06/12	31/12/11
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	10.634	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.634	10.836
Indenização por perdas	32.389	1ª, 2ª e 3ª	Provável	32.389	30.593
	481.090	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	10.717	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	2	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2	-
	15.137	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	14.011	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	702	1ª, 2ª e 3ª	Provável	702	612
	48.250	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	2.147	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações	149	1ª, 2ª e 3ª	Provável	149	1.742
	290	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	189	1ª, 2ª e 3ª	Provável	189	165
	21.841	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	314	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	637.862			44.065	43.950

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cientes – Plano Cruzado – Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.

Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		30/06/12	31/12/11
ICMS	(1)	141	1ª, 2ª e 3ª	Provável	141	136
		69.925	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(2)	2.122	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.122	2.049
		15.488	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		4.725	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(3)	10.752	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(4)	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		768	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.365	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(5)	17.715	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(6)	62.767	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(7)	5.397	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		17.231	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ / CSLL / IRRF	(8)	408.142	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(9)	4.959	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.959	4.789
		271	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(10)	2.309	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		271	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(11)	4.970	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		447	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(12)	4.687	Judicial	Possível	-	-
Outras		3.447	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.447	2.844
		2.206	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		640.464			10.672	9.821

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

(1) ICMS

(1.1) Auto de Infração lavrado pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como provável.

(1.2) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(1.3) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(1.4) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(2) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

(3) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis as contribuintes.

(4) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(5) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(6) PIS/COFINS

(6.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(6.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(7) COFINS

(7.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

(7.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(8) IRPJ / CSLL / IRRF

(8.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

(8.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(9) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(10) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações.

(11) CIDE

(11.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

(11.2) Despacho Decisório que indeferiu o pedido de compensação de débito de CIDE, do ano-calendário 2003, com crédito da mesma contribuição apurado em dezembro de 2001. A SRF alegou que não conseguiu visualizar a existência do crédito fiscal informado nas obrigações acessórias (DCTF) e indeferiu o processo. A Companhia impetrou recurso administrativo e está aguardando o julgamento.

(12) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

21 OUTROS PASSIVOS

	<u>Ref</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Consumidores	(1)	38.502	41.996
Plano de saúde (fundo de reserva)	(2)	10.408	13.146
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		170	171
Convênios		3.087	147
Caução em garantia	(3)	56.777	46.704
FGTS Conta empresa		207	207
Encargos CBEE		132	167
Adiantamentos recebidos		30.343	23.362
Devolução recursos Eletrobrás	(4)	-	70.189
Outras		9.189	6.206
Total		<u>148.815</u>	<u>202.295</u>
Circulante		117.949	178.277
Não circulante		30.866	24.018

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco, por parte da Companhia e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas com assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(3) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

(4) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos, o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos devolvidos foram atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	98.122.082	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.889	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.726	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.145	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	282.702.410	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.242	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.731	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.683	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período de três meses findo em 30 de junho de 2012 o valor de R\$ 51.159 (R\$ 40.685 em 30 de junho 2011) e para o período acumulado do ano o valor de R\$ 83.417 (R\$ 76.557 em 30 de junho 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal por já ter atingido esse limite.

c) Reserva de Retenção de Lucros

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Ref.	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
		30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Fornecimento de energia elétricas	(a)	612.967	544.228	1.254.641	1.010.092
Receita de operação e manutenção		459.476	519.880	949.560	964.445
Remuneração financeira wacc		153.491	24.348	305.081	45.647
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	-	2.650	2.431	15.490
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.075.916	947.721	2.085.833	1.899.763
Receita de operação e manutenção		1.072.016	947.260	2.078.006	1.898.916
Remuneração financeira wacc		3.900	461	7.827	847
Receita de construção da infraestrutura da concessão		236.426	161.796	478.701	372.338
Outras receitas	(d)	15.389	11.201	31.099	23.855
Total receita bruta		1.940.698	1.667.596	3.852.705	3.321.538
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(568.730)	(501.372)	(1.140.191)	(996.290)
Total receita operacional líquida		1.371.968	1.166.224	2.712.514	2.325.248

(a) Fornecimento de Energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

	Período de três meses findos em					
	Nº de consumidores		MWh (*)		R\$ mil	
	faturados (*)					
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Consumidores:						
Residencial	4.498.647	4.377.236	1.391.846	1.264.567	692.284	570.509
Industrial	20.132	21.089	706.531	1.011.253	236.157	263.836
Comercial	313.108	309.609	712.722	688.794	383.421	342.981
Rural	201.221	197.443	363.058	188.317	81.667	58.150
Poder público	47.504	46.526	161.883	149.010	76.784	67.018
Iluminação pública	16.162	16.025	201.663	192.700	44.193	36.554
Serviço público	9.264	8.476	204.691	172.797	52.221	43.537
Consumo próprio	385	331	3.627	3.144		-
Suprimento	1	1		-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-		-	(4.041)	15.204
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(1.034.068)	(919.976)
	<u>5.106.424</u>	<u>4.976.736</u>	<u>3.746.021</u>	<u>3.670.582</u>	<u>528.618</u>	<u>477.813</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	84.349	66.415
Total	<u>5.106.424</u>	<u>4.976.736</u>	<u>3.746.021</u>	<u>3.670.582</u>	<u>612.967</u>	<u>544.228</u>

	Período de seis meses findos em					
	Nº de consumidores		MWh (*)		R\$ mil	
	faturados (*)					
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Consumidores:						
Residencial	4.498.647	4.377.236	2.824.678	2.697.399	1.391.303	1.144.932
Industrial	20.132	21.089	1.448.794	1.753.516	464.856	494.139
Comercial	313.108	309.609	1.463.389	1.439.460	759.871	679.560
Rural	201.221	197.443	661.301	486.560	147.473	105.601
Poder público	47.504	46.526	320.371	307.498	146.686	128.789
Iluminação pública	16.162	16.025	388.811	379.848	83.373	74.760
Serviço público	9.264	8.476	409.130	377.236	99.918	83.825
Consumo próprio	385	331	7.421	6.938		-
Suprimento	1	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	2.516	14.459
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(2.002.274)	(1.846.773)
	<u>5.106.424</u>	<u>4.976.736</u>	<u>7.523.895</u>	<u>7.448.455</u>	<u>1.093.722</u>	<u>879.292</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	160.919	130.800
Total	<u>5.106.424</u>	<u>4.976.736</u>	<u>7.523.895</u>	<u>7.448.455</u>	<u>1.254.641</u>	<u>1.010.092</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não revisadas

A ANEEL, através da Resolução Homologatória n° 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

	<u>Ref.</u>	
Receita Anual (RA0)	(1)	<u>4.561.432</u>
Encargos Setoriais		415.751
Compra de Energia Elétrica		2.273.278
Transporte de Energia		283.208
Parcela A		<u>2.972.237</u>
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B		<u>1.932.837</u>
Receita Requerida (Parcela A +B)	(2)	<u>4.905.074</u>
CVA e Neutralidade		(58.434)
Componentes Financeiros		151.602
Subsídios Tarifários		63.426
Total Comp. Financeiros e Subsídios	(3)	<u>156.594</u>
Reajuste Econômico [(2) / (1)]	(4)	7,53%
Componentes Financeiros e Subsídios [(3) / (2)]	(5)	3,19%
Reajuste Tarifário Total [(4) + (5)]		<u>10,73%</u>
Reajuste Percebido pelo Consumidor (*)		<u>6,57%</u>

(*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Disponibilização do Sistema de Transmissão

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre (1)	41.848	27.745	83.558	52.990
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	1.034.068	919.976	2.002.275	1.846.773
	<u>1.075.916</u>	<u>947.721</u>	<u>2.085.833</u>	<u>1.899.763</u>

(1) Vide comentários nota (a) acima.

(d) Outras Receitas

	Período de três meses findos		Período de seis meses findos	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Renda da prestação de serviços	3.319	4.957	6.600	7.592
Arrendamentos e Aluguéis	7.568	5.627	14.533	10.916
Serviço taxado	2.661	936	4.735	2.405
Taxa de iluminação pública	1.291	1.085	2.572	2.484
Administração de faturas de fraudes	(459)	(2.471)	609	(2.092)
Comissão serviço terceiros	1.009	1.067	2.050	2.550
Total	<u>15.389</u>	<u>11.201</u>	<u>31.099</u>	<u>23.855</u>

(e) Deduções da Receita Bruta

	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
IMPOSTOS:				
ICMS	(329.081)	(284.146)	(656.997)	(563.465)
PIS	(28.594)	(24.063)	(55.813)	(48.148)
COFINS	(131.850)	(110.655)	(257.172)	(221.611)
ISS	(1.501)	(1.521)	(3.053)	(2.207)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(19.634)	(13.478)	(37.049)	(27.150)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(9.487)	(8.551)	(18.973)	(17.102)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(33.736)	(47.406)	(82.499)	(92.096)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(5.422)	(4.260)	(10.437)	(9.062)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.167)	(1.699)	(4.169)	(3.614)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.083)	(850)	(2.085)	(1.807)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.166)	(1.699)	(4.169)	(3.614)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(3.250)	(2.548)	(6.255)	(5.421)
Outros	(759)	(496)	(1.520)	(993)
Total	<u>(568.730)</u>	<u>(501.372)</u>	<u>(1.140.191)</u>	<u>(996.290)</u>

24 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				
	30/06/12			30/06/11	
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(11.519)	(15.658)	(22.810)	(49.987)	(49.076)
Administradores	-	-	(704)	(704)	(1.345)
Entidade de previdência privada	(1.076)	(554)	1.382	(248)	(2.146)
Material	(1.554)	(413)	(304)	(2.271)	(2.860)
Serviços de terceiros	(19.840)	(45.741)	(16.379)	(81.960)	(59.958)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(2.281)	-	-	(2.281)	(2.281)
Energia elétrica comprada para revenda	(548.621)	-	-	(548.621)	(432.314)
Encargos de uso do sistema transmissão	(66.985)	-	-	(66.985)	(56.925)
Depreciação e amortização	(49.661)	(12.121)	(2.139)	(63.921)	(57.819)
Arrendamentos e aluguéis	(247)	(39)	(924)	(1.210)	(985)
Tributos	(12)	(151)	(92)	(255)	(1.746)
Provisões líquidas - PCLD	(24.881)	(3.715)	-	(28.596)	(3.782)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(7.531)	-	(7.531)	(11.196)
Provisões líquidas - soringências	-	-	(296)	(296)	1.166
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(236.426)	-	-	(236.426)	(161.796)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(746)	(746)	(257)
Outros	(457)	(1.252)	(7.304)	(9.013)	(7.170)
Total custos / despesas	(963.560)	(87.175)	(50.316)	(1.101.051)	(850.490)

Custo / Despesas	Período de seis meses findos em				
	30/06/12			30/06/11	
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(26.408)	(32.840)	(42.918)	(102.166)	(109.079)
Administradores	-	-	(1.411)	(1.411)	(1.978)
Entidade de previdência privada	(2.116)	(1.096)	680	(2.532)	(4.234)
Material	(3.290)	(701)	(596)	(4.587)	(5.223)
Serviços de terceiros	(38.057)	(92.192)	(32.893)	(163.142)	(123.560)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(4.561)	-	-	(4.561)	(4.383)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.032.423)	-	-	(1.032.423)	(870.649)
Encargos de uso do sistema transmissão	(134.646)	-	-	(134.646)	(112.868)
Depreciação e amortização	(92.699)	(21.229)	(4.296)	(118.224)	(113.953)
Arrendamentos e aluguéis	(461)	(81)	(1.793)	(2.335)	(2.095)
Tributos	(70)	(1.972)	(737)	(2.779)	(2.576)
Provisões líquidas - PCLD	(44.108)	(21.546)	-	(65.654)	(1.814)
Perdas conta a receber/consumidores	(27.279)	(13.218)	-	(40.497)	(23.126)
Provisões líquidas - soringências	-	-	565	565	(378)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(478.701)	-	-	(478.701)	(372.338)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(4.215)	(4.215)	(1.087)
Outros	(733)	(2.361)	(17.247)	(20.341)	(15.555)
Total custos / despesas	(1.885.552)	(187.236)	(104.861)	(2.177.649)	(1.764.896)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

25 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Renda de aplicações financeiras	3.641	10.532	9.132	15.143
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	21.714	24.948	41.786	34.683
Variação monetária	8.961	11.132	17.442	16.591
Variação cambial	137	11.966	26.596	19.107
Operações swap	32.252	6.643	50.140	13.399
Outras receitas financeiras	3.545	(4.349)	6.841	8.034
Total	70.250	60.872	151.937	106.957

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Encargos de dívida	(46.007)	(40.727)	(94.048)	(78.129)
Variação monetária	(12.948)	(12.966)	(29.103)	(35.589)
Variação cambial	(31.612)	(1.190)	(49.308)	(2.353)
Operações swap	(10.620)	(29.549)	(44.537)	(47.746)
Multas regulatórias	(7.817)	(11.596)	(20.213)	(16.237)
Perda acréscimos moratórios	(10.366)	-	(10.366)	-
Outras despesas financeiras	4.757	(6.522)	(16.852)	(12.288)
Total	(114.613)	(102.550)	(264.427)	(192.342)

26 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/06/12			31/12/11		30/06/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	b)	Uso da Rede	-	564	-	-	541	(1.849)
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	290	-	-	592	-	-
			<u>290</u>	<u>564</u>	<u>-</u>	<u>592</u>	<u>541</u>	<u>(1.849)</u>
COSERN	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	45	-	-	110	-	-
TERMOPERNAMBUCO	a.1)	Energia comprada	-	11.598	(40.129)	-	10.972	(38.822)
ITAPEBI	g)	Energia fornecida	36	-	-	23	-	93
	a.1)	Energia comprada	-	26.755	(159.134)	-	26.854	(139.695)
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	363	-	-	742	-	-
		Contribuição Patronal	-	-	-	-	-	19
		<u>400</u>	<u>26.755</u>	<u>(159.134)</u>	<u>765</u>	<u>26.854</u>	<u>(139.583)</u>	
NC ENERGIA	a.1)	Energia comprada	-	-	(5.875)	-	1.865	(2.787)
BAGUARI I	a.2)	Energia comprada	-	390	(1.720)	-	396	(1.481)
BAHIA PCH I	b)	Uso da Rede	65	-	372	62	-	-
RIO PCH I	a.2)	Energia comprada	-	128	(576)	-	134	(503)
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Prestação de serviço	104	-	(141)	28	-	-
GOIAS SUL	a.2)	Energia comprada	-	233	(1.053)	-	244	(265)
SE NARANDIBA	c/d)	Uso da Rede	-	366	(1.614)	-	357	-
AFLUENTE GERAÇÃO	a.1)	Energia comprada	-	1.915	(11.514)	-	1.949	(10.359)
	c)	Uso da Rede	92	-	529	95	-	616
			<u>92</u>	<u>1.915</u>	<u>(10.985)</u>	<u>95</u>	<u>1.949</u>	<u>(9.743)</u>
AFLUENTE TRANSMISSÃO	c/d)	Uso da Rede	-	1.190	(5.384)	-	1.176	(4.212)
	e)	Aluguel/Comodato	-	2	(12)	-	2	(12)
			<u>-</u>	<u>1.192</u>	<u>(5.396)</u>	<u>-</u>	<u>1.178</u>	<u>(4.224)</u>
ÁGUAS DA PEDRA	a.2)	Energia comprada	-	1.604	(7.236)	-	1.679	-
BANCO DO BRASIL S.A		Aplicações Financeiras	961	-	(164)	-	-	-
FAELBA		Contribuição Patronal	-	-	(4.617)	-	-	(811)
NEOENERGIA S.A		Juros sobre capital próprio	-	250.609	-	-	25.001	-
		Contrato de Mútuo	262	-	315	-	-	-
		Adiantamento - AFAC	-	2.402	-	-	2.402	-
		Aluguel/Comodato	-	83	(499)	-	78	-
		<u>262</u>	<u>253.095</u>	<u>(184)</u>	<u>-</u>	<u>27.481</u>	<u>-</u>	
PREVI		Juros sobre capital próprio	-	1.446	-	-	630	-
IBERDROLA ENERGIA S.A		Juros sobre capital próprio	-	5.361	-	-	1.985	-
AMARA BRASIL	f)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	382	-	-	581	-
OUTROS MINORITÁRIOS		Dividendos	-	4.096	-	-	2.733	(13)
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	898	-
			<u>-</u>	<u>4.096</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.631</u>	<u>(13)</u>

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Aflente Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 01 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos nº 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de janeiro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Aflente Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. com vigência até agosto de 2027.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de Locação de Imóveis

Neoenergia S/A - Contratos nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluentes Transmissão - Contratos nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600014414, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA. Com vencimento em 15/08/2014.

(g) Contratos de Energia Fornecida

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

(h) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores para o período findo em 30 de junho de 2012 é de R\$ 1.295 (R\$ 3.099 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

i) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de junho de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000 é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor justo. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.
 - ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para refinanciamento de dívida e financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
 - ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
 - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.
- Instrumentos Financeiros Derivativos
 - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/06/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	103.587	103.587	180.756	180.756
Titulos e valores mobiliários	92.121	92.121	87.265	87.265
Contas a receber de clientes e outros (a)	1.133.968	1.133.968	1.195.818	1.195.818
Passivo				
Fornecedores	(461.098)	(461.098)	(420.727)	(420.727)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(106.508)	(106.508)	(124.990)	(124.990)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(1.987.975)	(1.987.975)	(1.938.192)	(1.938.192)
Debêntures em moeda nacional	(277.564)	(277.073)	(317.594)	(317.029)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(311.060)	(311.060)	(290.628)	(290.628)
Instrumentos financeiros derivativos	(9)	(9)	(43.599)	(43.599)

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de junho de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 21.824 (R\$ 23.032, resultado negativo em 30 de junho de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

	Variação na taxa do US\$	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
2º trimestre 2012	-14,66%	(146)	(146)
2º trimestre 2011	15,19%	345	345

- ✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS
 Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
 (Em milhares de reais)

No trimestre findo em 30 de junho de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo na operação de “hedge” de taxa de juros no montante de R\$ 4.161 (R\$ 946, resultado positivo em 30 de junho de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, que possa impactar no lucro da Companhia.

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
<u>30/06/2012</u>			
Ativos Financeiros			
CDI	(34)	(728)	(728)
SELIC	(27)	(1)	(1)
Passivos Financeiros			
CDI	(34)	3.509	3.509
IGPM	62	(355)	(355)
<u>30/06/2011</u>			
Ativos Financeiros			
CDI	5	61	61
SELIC	15	2	2
Passivos Financeiros			
CDI	5	(559)	(559)
IGPM	68	(1.233)	(1.233)

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

✓ Risco de Liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de junho 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 112.503, sendo R\$ 45.671 em fundos exclusivos e R\$ 66.832 em outros ativos, além de R\$ 40.780 de aplicações no longo prazo.

• Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nº.s 14 e 15).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

✓ **Risco quanto à escassez de energia**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

✓ **Gestão do Capital Social**

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 25 de julho de 2011 e 23 de janeiro de 2012, respectivamente, sem ressalvas.

Salvador, 23 de julho de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Felipe Edmond Ayoub
Contador CRC 1SP187402/O-4 "S" BA